

«DE QUEM ME ESQUECI?» REFLEXÕES SOBRE DEMOCRACIA, MEMÓRIA E COLONIALISMO

Gonçalo Margato

MIGUEL CARDINA

**O Atrito
da Memória:
Colonialismo,
Guerra
e Descolonização
no Portugal
Contemporâneo**

Lisboa, Tinta-da-china, 2023,
216 páginas
ISBN: 978-989-671-750-6

Parecem-nos escassas as páginas que Miguel Cardina dedica ao seu livro *O Atrito da Memória*, editado em 2023 pela Tinta-da-china. O livro tem o subtítulo *Colonialismo, Guerra e Descolonização no Portugal Contemporâneo* e propõe-se a analisar as características da construção da memória coletiva do país face à experiência colonial, num momento em que nos aproximamos, a alta velocidade, do cinquentenário do 25 de Abril de 1974 e da descolonização formal das antigas colónias portuguesas.

O historiador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra propõe-se a analisar a memória colonial no Portugal contemporâneo, com particular enfoque na Guerra Colonial. Para tal, *Atrito da Memória* participa e contribui para debates cada vez mais recor-

rentes na historiografia portuguesa (tal como nas restantes ciências sociais) sobre as políticas de memória, os usos públicos e políticos da História¹ ou o papel social do historiador.

A obra encontra-se dividida em duas partes (cada uma com quatro capítulos) e a segunda parte é exatamente sobre a memória pública da guerra. A primeira, por sua vez, dedica-se a uma análise da presença mais abrangente da experiência colonial no espaço público, rastreando os diferentes

discursos que, ao longo do tempo, foram emergindo de forma a legitimar o projeto colonial-imperial português.

Com uma linguagem escolhida de forma a ser possível chegar a vários públicos² e sumarizando a discussão do profundo aparato teórico-metodológico que sustenta a investigação (pp. 7-10), a escrita do autor vai surgindo do mesmo modo que a memória pública acaba por ser construída: entre o passado que se recorda e os diversos presentes em que a memória é construída,



invocada, reconstruída ou ignorada – opção mais visível durante a primeira parte da obra.

Vários atores deste processo vão sendo alvo da análise: as elites políticas e culturais, os historiadores e outros cientistas sociais, a comunicação social ou grupos sociais cuja memória individual foi marcada pelo colonialismo (os ex-combatentes, as *madrinhas de guerra*, os chamados *retornados*, os dissidentes da guerra, os movimentos anticoloniais/antirracistas). As fontes históricas são particularmente diversas (em forma e conteúdo) e vão sendo discutidas com base numa literatura vasta e que convoca os principais autores que têm trabalhado as questões da memória, da identidade e do passado colonial. Cardina optou por uma análise focada em casos específicos, testemunhos de tendências mais gerais: esta escolha funciona de uma forma interessante para um leitor apartado destas temáticas, mas com a mínima atenção aos debates públicos. Todavia, seria interessante alargar o debate encetado na obra: não só aumentando o enquadramento teórico, como também discutindo os resultados face a tendências mais globais, como sugere Carlos Maurício³.

O argumento é simples e já fora explorado pelo autor⁴: a memória do passado colonial constitui um atrito desconfortável na forma como se pensa historicamente Portugal. Este atrito está particularmente ligado ao intrincado conjunto de relações entre o fim da dominação colonial (com uma longa guerra) e o processo de instauração democrática (e conseqüente descolonização). Central é também o conceito de afasia colonial⁵, isto é, a ideia de que não ocorreu um

ocaso total do elemento colonial do imaginário coletivo, tendo apenas sido apagada a profunda violência associada a essa mesma experiência colonial.

No primeiro capítulo da obra, o autor sistematiza a evolução dos quadros ideológicos que ao longo do tempo enquadraram os diferentes momentos da experiência colonial-imperial portuguesa, dando também particular atenção às diversas formas de violência que coexistiram historicamente sob a dominação colonial portuguesa. O regime do Estado Novo é apresentado como tendo tido um papel central no aprofundamento da mística imperial e a sua penetração ideológica, política, cultural e económica na sociedade portuguesa (pp. 19-22).

O segundo capítulo acompanha a perpetuação destes imaginários depois da descolonização formal, rastreando os papéis que ocuparam, interagindo com outros repertórios identitários emergentes, como o europeísmo, ou mesmo com o revisionismo da mitologia colonial, operada principalmente a partir da Expo'98 – Cardina destaca a ausência da violência colonial e das resistências anticolonial e antirracista (p. 41). Esta discussão continua no terceiro capítulo, em que o autor percorre os expedientes de oficialização/institucionalização desta memória colonial que recusa a dimensão violenta da opressão colonial: caso paradigmático será o reaproveitamento do Dia da Raça.

Por fim, o capítulo 4 analisa diferentes momentos de natureza sociopolítica que potenciaram o pronunciamento das elites sociais, culturais e políticas, mas também a discussão pública entre historiadores.

O autor sinaliza a recente politização das questões da memória, das relações entre memória e identidade nacional, evidenciando a emergência de vozes que solicitam uma ampliação do direito à memória pública e consequente desmoronamento dos mitos mnemónicos que legitimam a memória dominante, ofuscadora de violências.

Este contexto mais geral abre a porta à segunda parte, dedicada à memória da guerra colonial. Deste modo, o capítulo 5 introduz o contexto histórico genérico do fenómeno da guerra colonial, evidenciando dois constrangimentos históricos à construção da memória da guerra: os militares que fizeram a guerra são os mesmos que possibilitam a instalação democrática e a descolonização é um processo dependente dos movimentos de libertação. O sexto capítulo centra-se na organização da afasia colonial portuguesa – o processo simultâneo de memorializar a guerra enquanto evento bélico e de organizar o esquecimento da violência colonial intrinsecamente ligada. Miguel Cardina destaca os vários contextos que permitiram a organização da afasia colonial, contextos esses que, sendo discutidos na obra, merecem (cada um por si só) um exercício de reflexão, sendo tão diversos como a centralidade da experiência colonial na identidade nacional portuguesa ou o desalinhamento entre a territorialidade da guerra e o espaço geográfico onde se operacionaliza a memória (na antiga metrópole).

Será então no sétimo capítulo que se propõe a desenvolver uma história da memória da guerra. Percorrendo a produção mediática, académica e cultural, o autor assinala a forma como as elites políticas

e militares tiveram dificuldade em lidar com a denúncia das atrocidades da guerra já em democracia. Como tal, a memorialização ocorre de forma subalterna, num processo que Cardina descreve como o «estilhaçamento do silêncio público através da arte e da cultura» (p. 127). Efetivamente, a questão da guerra e da sua memória ganha mais espaço na esfera pública a partir da década de 1990, a par com a normalização da higienização pública do passado colonial: paradigmática será a incorporação do «Monumento aos Combatentes do Ultramar» no já por si intrigante complexo monumental de Belém. No final do capítulo, Cardina elenca também quais os desafios que se colocam no futuro à memória da guerra. O último capítulo dedica-se à análise de uma contramemória face a esta memória dominante, representação do combatente como ideal de masculinidade patriótica. É, portanto, o caso da memória dos desertores e refratários da guerra, memória essa que pode ser entendida como uma memória fraca, que questiona a dominante. Deste modo, questiona a diferenciação entre a ditadura que promoveu a guerra e os militares que a travaram, mas também a representação dos ex-combatentes como ideais de exemplaridade patriótica, honrada e masculinizada.

Como já aconteceu no capítulo 7, a obra termina com um desafio ao leitor, que evidencia a opção por uma escrita socialmente comprometida. Mais do que uma obra de divulgação, o epílogo lança algumas ideias sobre a sua pertinência no Portugal contemporâneo: reconhecendo o colonialismo como uma dimensão viva da

sociedade portuguesa, Miguel Cardina termina com uma nota que o posiciona no debate que analisou: ao contrário daqueles que se mostram relutantes em discutir passados, memórias e identidades naturalizadas e reificadas, para o autor «importa discutir este passado para que se possa abrir espaço para outros futuros» (p. 166). A obra de Cardina faz-nos, assim, questionar, enquanto cientistas sociais e cidadãos, discursos e narrativas que temos como naturalizados, convergindo para o debate cada vez mais relevante sobre o papel da produção científica para o debate público em Portugal. Destacamos, como tal, três linhas de raciocínio centrais à obra. Primeiramente, a memória colonial hegemónica é marcada pela afasia colonial, ou seja, pela separação entre a memória da guerra (e do empreendimento colonial no geral) e da violência que lhe

está intrinsecamente associada. Este processo é abordado por outros autores, sendo denominado também de higienização do passado colonial⁶.

Em segundo, o imaginário estado-novista continua a estar intensamente presente (e naturalizado) nos lugares-comuns das histórias públicas, da identidade e da memória coletiva portuguesas. Por fim, o impacto sócio-identitário, mnemónico e político da intrínseca ligação entre os militares que operacionalizaram o golpe militar e tutelaram a transição para a democracia (até 1982) e o seu envolvimento na guerra colonial.

Em suma, sendo um livro sobre memória, é também um livro sobre cinquenta anos da manutenção do colonialismo na sociedade portuguesa que insta à discussão e à procura de novos rumos, informados pelo conhecimento crítico do passado. **R|**

Gonçalo Margato Mestrando em História Moderna e Contemporânea no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais pela NOVA FCSH.

Colabora atualmente com a Comissão Comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril.

> ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal | Goncalo_Margato@iscte-iul.pt

NOTAS

¹ Foi exatamente em 2023 que se realizou o I Congresso de História Pública em Portugal.

² ARGEL, Luca; TRINDADE, Luís; CARDINA, Miguel – *FLLX 2023 – Lançamento de «O Atrito da Memória»*. Consultado em: 2 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SVfZsd9NBYg>.

³ MAURÍCIO, Carlos – «O Atrito da Memória. Colonialismo, Guerra e Descolonização no Portugal Contemporâneo:

Miguel Cardina». In *Práticas da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*. Lisboa. N.º 16, 2023, pp. 213-221.

⁴ CARDINA, Miguel – «O passado colonial: do trajeto histórico às configurações da memória». In *O Século XX Português*. Lisboa: Tinta-da-china, 2020, pp. 357-411.

⁵ CARDINA, Miguel – «The colonial aphasia and the crossroads of memory». Consultado em: 30 de junho de 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/95709>.

⁶ JERÓNIMO, Miguel Bandeira – «As marcas de Portugal: ensaios sobre o esquecimento». In *Este País não Existe: Textos Contra Ideias-Feitas*. 2.ª edição. Lousã: Outro Modo Cooperativa Cultural, 2022, pp. 35-41.

BIBLIOGRAFIA

ARGEL, Luca; TRINDADE, Luís; CARDINA, Miguel – *FLLX 2023 – Lançamento de «O Atrito da Memória»*. Consultado em: 2 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SVfZsd9NBYg>.

CARDINA, Miguel – «O passado colonial: do trajeto histórico às configurações da memória». In *O Século XX Português*. Lisboa: Tinta-da-china, 2020, pp. 357-411.

CARDINA, Miguel – «The colonial aphasia and the crossroads of memory». Consultado em: 30 de junho de 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/95709>.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira – «As marcas de Portugal: ensaios sobre o esquecimento». In *Este País não Existe: Textos Contra Ideias-Feitas*. 2.ª edição. Lousã: Outro Modo Cooperativa Cultural, 2022, pp. 35-41.

MAURÍCIO, Carlos – «O Atrito da Memória. Colonialismo, Guerra e Descolonização no Portugal Contemporâneo: Miguel Cardina». In *Práticas da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*. Lisboa. N.º 16, 2023, pp. 213-221. DOI: 10.48487/pdh.2023.n16.31951.